



GT 27. Da desregulação ao desmonte: ataques às políticas ambiental, indigenista, quilombola e dos demais povos tradicionais

Coordenador(es):

Stephen Grant Baines (UNB - Universidade de Brasília)

Andrea L. M. Zhouri (UFMG)

Sessão 1 - Mobilizações e articulações no contexto de políticas anti-indígenas

Debatedor/a: Stephen Grant Baines (UNB - Universidade de Brasília)

Sessão 2 - Dinâmicas estatais e corporativas atuais: desregulação, desmanche ambiental e criminalização

Debatedor/a: Andrea L. M. Zhouri (UFMG)

Sessão 3 - Legibilidades e ilegibilidades: dispositivos de reconhecimento de direitos e pacificação do dissenso

Debatedor/a: Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Nos últimos anos, processos de desregulação ambiental, os quais compreendem a flexibilização das leis relacionadas à gestão-proteção ambiental e aos direitos territoriais indígenas e de comunidades tradicionais visando à intensificação da exploração dos recursos naturais, configuram ameaças aos direitos constitucionais. A radicalização dessa tendência ocorre desde a posse do atual governo federal, com sucessivas medidas voltadas para o desmonte das instituições encarregadas das referidas políticas. Na área ambiental, registra-se o aumento do desmatamento na Amazônia, ataques ao IBAMA, ao ICMBio e a revisão da Lei Geral do Licenciamento. O desmonte da política indigenista revela-se no enfraquecimento da FUNAI e nas invasões de territórios indígenas. Intensificam-se medidas para reestruturar o mercado de terras e violar os direitos, com a consequente criminalização de indígenas, comunidades tradicionais e antropólogos que defendem esses direitos. Ao mesmo tempo, as lutas dos povos tradicionais enfrentam essas violações. A eleição da primeira deputada federal indígena que mobiliza forças políticas contra as violências; a marcha das mulheres indígenas; a mobilização dos povos do cerrado são algumas frentes. O GT incentiva a apresentação de trabalhos que possam dialogar com a temática, tanto na perspectiva de apontar as violências das afetações advindas das políticas de desmonte, como as iniciativas que se organizam para defender outras formas de viver e de projetar o futuro.

Mobilizações indígenas contemporâneas e políticas de saúde no Brasil

Autoria: Aline Moreira Magalhães (Ensp)

Com o processo de eleição presidencial de Jair Bolsonaro (2018), alastraram-se as ofensivas contra as populações indígenas em múltiplos planos, desde o recrudescimento das violências contra os indígenas e assassinatos de suas lideranças, ao esfacelamento gradual de políticas públicas voltadas às populações indígenas, construídas após a Constituição de 1988, com a demissão de quadros administrativos e o desmonte de órgãos específicos, a exemplo do esvaziamento de atribuições da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a ameaça de extinção da Secretaria Especial de Saúde Indígenas (SESAI). Ancorado em uma crise econômica anterior e de escala global, o processo de avanço do conservadorismo no Brasil foi acompanhado, em contrapartida, de diversos tipos de iniciativas de resistências por parte dos grupos e organizações indígenas, que atuam em distintas frentes: a partir de tentativas de fortalecimento das organizações já



existentes, de mobilizações locais, regionais e nacionais, como ocupações de órgãos públicos, retomadas de terras, fechamentos de estradas, inserção parlamentar, e a recente campanha internacional ?Nenhum Sangue a Menos?, promovida pela Articulação de Povos Indígenas do Brasil (APIB). O work tem por objetivo discutir dados preliminares de uma pesquisa em curso acerca das mobilizações indígenas em torno da saúde, tendo como norte de análise as iniciativas e debates que se seguiram à ameaça do governo federal em 2019 de municipalização dos serviços de saúde voltados às populações indígenas, que implicaria o desmantelamento do subsistema de saúde indígena construído a partir da promulgação em 1999 da Lei 9.836, a chamada Lei Arouca. Esta pesquisa inscreve-se no âmbito do projeto Saúde dos Povos Indígenas no Brasil: Perspectivas Históricas, Socioculturais e Políticas, desenvolvido na Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP-FIOCRUZ), que visa mapear e refletir acerca da participação indígena na formulação de políticas públicas em saúde.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: